

Cafeteira: mudar o regime é golpe

Onze governadores vão ao Planalto para apoiar o presidencialismo

"Parlamentarismo já seria um golpe do Congresso Nacional contra esse governo. Mas, quem pretende dar golpes, deve estar preparado para o contragolpe". A declaração é do governador do Maranhão, Epiácio Cafeteira, após audiência com o presidente José Sarney. Dos 11 governadores que estiveram, ontem, no Palácio do Planalto, Cafeteira foi o único a almoçar com o Presidente no Palácio da Alvorada.

Segundo Cafeteira, o objetivo daqueles que querem o parlamentarismo já é "única e exclusivamente retirar do presidente José Sarney os poderes dos quais ele está investido pela legislação em vigor". O governador maranhense defendeu a realização de um plebiscito para decidir esta questão.

Também o governador da Paraíba, Tarcísio Burity, afirmou, no Palácio do Planalto, que "não há como mudar o sistema de governo, a não ser atra-

vés de um plebiscito. Na campanha, ninguém fez referência a esta mudança. Os eleitores sabem disso".

Após audiência com Sarney, Cafeteira informou que ele está confiante em que a Constituinte vai aprovar o presidencialismo porque confia no bom senso dos constituintes. Para justificar a confiança, o presidente Sarney disse ao governador que "os constituintes não estão interessados em aprofundar ainda mais o quadro de instabilidade política, com efeitos na economia e na vida social".

Dos 11 governadores que estiveram ontem com Sarney, a exceção do governador do Amazonas, Amazonino Mendes, cuja audiência constava da agenda presidencial, todos os demais foram ao Palácio do Planalto conversar com o presidente da República "espontaneamente", porque estavam "preocupados com a definição do governo", revelou Epiácio Cafeteira.

JULIO ALCANTARA



Burity e Cafeteira, no Planalto: participando do esforço pelo presidencialismo

Prefeito quer plano contra crise

Da Sucursal

Goiânia — O prefeito de Goiânia, Joaquim Roriz, manifestou-se ontem favorável ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Em sua opinião, o importante nesse momento para o Brasil é encontrar, sem demora, soluções de curto e médio prazos para os gravíssimos problemas nacionais, "e não cogitar da troca pura e simples de pessoas, o que em si mesma nada resolve". A seu ver, é imprescindível definir imediatamente um programa de emergência para o Governo Federal — como o que tem proposto o governador Henrique Santillo — e criar condições políticas e sociais para sua execução.

Se não for assim, argumentou o prefeito Joaquim Roriz, "caminharemos para uma crise de proporções inéditas na história brasileira, com consequências que todos podemos imaginar e devemos fazer o possível para evitar". Sem um programa de emergência, pensa ele, "qualquer solução que venha a sair da Constituinte esbarrará em oposições política e social que em pouco tempo serão intransponíveis" — seja a solução parlamentarista ou presidencialista, seja o mandato de quatro, cinco ou seis anos.

INJUSTIÇA

O prefeito de Goiânia julga que está sendo cometida uma "injustiça histórica" com o presidente Sarney, que "é vítima, e não réu, das circunstâncias que estamos vivendo. Roriz lembrou que em seus primeiros anos na Presidência da República Sarney estava preso aos compromissos da Aliança que levou Tancredo Neves ao poder. Compromissos que envolviam acordos que só o falecido presidente conhecia e levou para o túmulo. Isso lhe dificultou extraordinariamente a ação nos primeiros tempos", comentou.

A primeira tentativa real de imprimir sua própria marca ao governo aconteceu, segundo Joaquim Roriz, com o Plano Cruzado, que obteve apoio quase unânime no país. "Faltou,



Joaquim Roriz

entretanto, ao presidente Sarney, apoio político para as correções necessárias no plano de governo que mais apoio popular já teve em nossa história", disse o prefeito.

— O retorno à situação econômica anterior, agravada pelas crises da dívida interna e da dívida externa, criou para o presidente Sarney uma situação extremamente delicada e de novo lhe faltou apoio quando se decidiu por uma medida historicamente defendida pelo PMDB, a moratória", lembrou Joaquim Roriz.

Tudo isso adicionado à crise da informática — "quando o Presidente se limitou a cumprir uma lei votada pelo Congresso Nacional" —, gerou um quadro de insatisfação popular e política, que, entretanto, "seria profundamente injusto debitar ao Presidente. Até mesmo por que coube a ele administrar, como tem procurado administrar, a ressaca econômica e social de 20 anos de arbítrio. Seria ele o único culpado de desorganização econômica, política, administrativa e social gerada pela ditadura que ele ajudou a encerrar com seu apoio a Tancredo?"

VISÃO HISTÓRICA

O prefeito de Goiânia afirmou também que não se deve, neste momento, perder a perspectiva, a visão histórica dos fatos. "Daqui a 20 anos — acres-

centou —, quando os historiadores se debruçarem sobre este período da vida brasileira, que atos e fatos ainda terão importância? A transição democrática, certamente. A volta das liberdades públicas também. A convocação da Constituinte, com certeza. O Plano Cruzado, como primeira tentativa cirúrgica de enfrentar a inflação e corrigir a distribuição da renda. A moratória da dívida externa que expôs corajosamente uma questão sempre comentada mas nunca enfrentada com tanta coragem. E a decisão de construir a ferrovia Norte-Sul, que a história mostrará como o ato mais importante desse período da vida brasileira, uma nova fase em nosso processo de desenvolvimento".

APOIO

Além disso, o prefeito de Goiânia invocou razões peculiares a seu Estado e sua cidade, Goiânia, para justificar o apoio ao mandato de cinco anos. Lembrou Joaquim Roriz que, além da decisão de construir a Norte-Sul e desenvolver o Brasil Central, importantíssima para Goiás, o presidente Sarney jamais faltou com seu apoio ao estado de Goiás nas horas decisivas. "Foi assim no episódio do céso, quando liberei recursos para enfrentar os problemas. Foi assim na rolagem da dívida do Estado", reconheceu. E tem sido assim no caso da Prefeitura de Goiânia, que ele, Joaquim Roriz, assumiu num momento de grave crise, "quando o lixo se amontoava nas ruas, faltava iluminação pública e os servidores municipais estavam de braços cruzados, em greve, com seus salários atrasados havia mais de três meses. O presidente Sarney ajudou a encontrar recursos para mudar esse quadro. E continua ajudando".

Portanto — concluiu Joaquim Roriz — eu seria profundamente injusto se, tendo essa visão da história política recente do Brasil e de Goiás, não defendesse o direito de o presidente Sarney pleitear cinco anos de mandato, até abrindo mão de mais um ano.

Santillo propõe coalizão

Da Sucursal

Goiânia — Um governo de coalizão nacional — foi esta a idéia que o governador de Goiás, Henrique Santillo, lançou ontem em complemento ao programa de emergência contra a crise, que ele vem defendendo. Ao comentar a necessidade do entendimento político antes da votação da duração do mandato presidencial e o sistema de governo, Santillo afirmou que todos os partidos políticos devem colaborar, "no pressuposto de que esse é um momento crucial na vida brasileira. Seria até mesmo importante que se pensasse num governo de coalizão nacional que ultrapassasse esta fase difícil que nós vivemos, do ponto de vista econômico, social e político. E que se incluísse um programa emergencial coerente, para a área econômica, no qual todo o País pudesse acreditar", acrescentou.

Respondendo sobre a manifestação dos militares contrária ao parlamentarismo com quatro anos, Santillo disse: "Só posso entender a manifestação dos militares a que vocês se referem como cidadãos. E como cidadãos todos nós temos o direito de emitir as nossas opiniões, civis ou militares.

Agora, as Forças Armadas, como instituição, certamente não estarão imiscuída nessa questão".

RECEIO

Se não houver entendimento, com o contrato no plenário, a Constituinte estará adotando uma posição que Santillo considera "Prejudicial ao País". Ele se diz convencido de que, se a emenda presidencialista for a plenário sem um entendimento prévio, não conseguirá 180 votos. Já está estabelecido um impasse no mecanismo de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, que, assim, terá de buscar um outro momento para o entendimento. Indagado sobre a possibilidade de retrocesso, o governador de Goiás respondeu: "Se nós não tomarmos cuidado, as instituições brasileiras poderão vir a se submeter a grandes riscos, sem sombra de dúvida. Devemos ter o bom senso, a estas alturas, de compreender a situação muito difícil do País. O Brasil tem conserto, é um grande País e tem que ter competência política para resolver essa questão". Ao final, reafirmou sua crença de que o parlamentarismo com cinco anos será a fórmula de se resolver o problema institucional.



Carlos Bezerra

Bezerra: não é hora da mudança

Num momento decisivo para a definição do sistema de governo, o governador do Mato Grosso, Carlos Bezerra, parlamentarista convicto, põe em xeque a sua preferência: "O parlamentarismo pressupõe uma estrutura partidária, social, cultural, bem sólida, bem definida, o que nós não temos ainda no Brasil. Sou parlamentarista, mas nas condições ideais para instalar o parlamentarismo, sobre pena de desmoralizarmos esse sistema de governo que eu considero o melhor sistema".

Segundo o governador mato-grossense, que esteve na última quinta-feira com o presidente José Sarney no Palácio do Planalto, as informações que tem são de que vai dar parlamentarismo. E, se der de fato, "devemos lutar para que ele seja implantado definitivamente no País". Em defesa de seu ponto de vista, Carlos Bezerra considera que a decisão da maioria tem que ser acatada e, a partir daí, deve-se lutar para que o novo regime não seja uma coisa episódica no País como foi em 1961, quando surgiu com crise da renúncia presidencial. "Que ele venha agora de forma definitiva para o País", completou.

A preocupação do governador de Mato Grosso é a de que a implantação do sistema parlamentarista, no momento atual, poderia ser forçada no sentido de que ele apenas resolveria mais uma crise. "O parlamentarismo não pode vir assim com essa visão. Tem que vir com uma idéia de coisa definitiva, duradoura, permanente. Acho que seria uma precipitação a implantação agora mas, desde que implantado, acho que nós todos, homens públicos e partidos, devemos lutar pela sua solidificação e durabilidade".

Carlos Bezerra negou que tenha instruído a bancada do Mato Grosso quanto à votação do sistema de governo. "Não admito que ninguém me pressione em minha posição política. Por isso, evito também pressionar a deputados e senadores. Além disso, formam conversa nesse sentido denotaria que estou pressionando. Respeito muito a liberdade do cidadão de defender suas idéias e acho que cada qual tem o direito de votar de acordo com a sua concepção, de acordo com a sua consciência e responda por esse voto, não a mim governador, mas ao povo do Mato Grosso que o elegeu". O governador do Mato Grosso elogiou o trabalho que vem sendo feito pela Assembléia Nacional Constituinte, que, para ele, abriu o debate sobre a nova Constituição, dando oportunidade para que o povo participe. Pelo que está sendo votado, Carlos Bezerra acredita que a nova Carta será moderna e avançada, de acordo com a expectativa da maioria do povo brasileiro. "Acho que os desentendimentos maiores já aconteceram e ela marcha agora para um entendimento cada vez maior", acrescentou.

Carlos Bezerra concorda em que com a promulgação da nova Constituição as forças políticas vão procurar novos rumos. A transição democrática para ele, foi um fato positivo mas produziu falhas na estruturação partidária, "o que me preocupa muito".

Planalto convoca Burity

Do Correspondente

João Pessoa — O governador da Paraíba, Tarcísio Burity, foi convocado pelo presidente José Sarney, ontem, através do ministro do Gabinete Civil, Costa Couto, e viajou à tarde a Brasília, a fim de, juntamente com os demais governadores, participar de uma importante reunião sobre a votação do sistema de governo. Burity é um dos defensores do presidencialismo e dos cinco anos para o presidente Sarney,

chegando inclusive a dizer que esse mandato deveria ser de seis anos, pelo que prescreve a atual Constituição. Tal posicionamento foi defendido por Burity mesmo depois de Sarney ter aberto mão de um ano. A convocação de Burity e de outros governadores para essa reunião decorre do novo posicionamento do presidente Sarney, que decidiu "endurecer" o jogo nas negociações em torno do sistema de governo. O presidente decidiu cobrar posicionamento idêntico dos governadores.